

# INTEGRAÇÃO REGIONAL: PARA QUE? PARA QUEM?

**Aluna: Maria Farne D`Amoed Custódio**  
**Orientadora: Manoela Roland Gava**

## 1. Introdução

Apesar de ser um fenômeno recente, surgido na década de 1950, as noções de regionalização e de integração estiveram presentes ao longo de toda história da América Latina, principalmente nos dois últimos séculos, contribuindo para a formação da idéia de uma identidade latina comum.

Desde o período pós-independência do colonialismo espanhol, nasceu como proposta do grande líder venezuelano Simon Bolívar às autoridades dos novos estados hispano-americanos, o sonho de uma integração latino-americana, que teve sua égide no Congresso do Panamá (1826). Não obstante o fracasso deste congresso, a proposta unificadora reaparece nos anos dos séculos subseqüentes em inúmeros outros congressos realizados em diversos locais da América latina.

No século XX, a dimensão político-cultural desse ideal bolivariano de integração latino-americana, lançado no século XIX, começou gradualmente a ser esquecida e a ser substituída pela ênfase na dimensão econômica e pela perspectiva eminentemente pragmática e instrumental, ou seja, por uma integração segundo as determinações do mercado.<sup>1</sup> O medo de ver-se à margem da economia mundial e a erosão progressiva da competitividade internacional levaram os países latino-americanos a mudar os objetivos da sua política de integração e a rever as estratégias de integração. Os novos projetos de integração devem seguir um “regionalismo aberto”, quer dizer, não se dirigem contra o mercado mundial, mas sim, representam avanços pragmáticos intermediários em direção ao mercado mundial, cada vez mais liberalizado. Os novos projetos de integração também se diferenciam dos anteriores intentos latino-americanos de integração na medida em que renunciam a objetivos pouco realistas e exagerados e a custosas estruturas institucionais. Hoje em dia, os projetos de integração latino-americana buscam uma mútua abertura de mercados através de reduções graduais de barreiras tarifárias, negociadas a nível inter-governamental.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Eugênio Rezende de Carvalho, “Dilemas históricos da integração latino-americana”. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod\\_not=520](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod_not=520).

<sup>2</sup> Hartmut Sangmeister, O futuro da integração latino-americana: lições do passado e experiências da velha Europa. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/ue/cedoc-ue/arquivos/o-futuro-da-integracao-latino-americana.doc>.

De certa forma o ressurgimento de projetos de integração regional foi uma reação dos países latino-americanos à tendência global de formar blocos econômicos regionais de modo que, se os países latino-americanos não queriam ver-se isolados perante a estas alianças, tiveram que afiliar a um destes blocos ou desenvolver suas próprias formas de cooperação, formando seus próprios blocos regionais. Entretanto, há que se levar em consideração, que o regresso da idéia de integração regional na América Latina foi também uma reação às mudanças na política econômica mundial, isto é, a emergência da política neoliberal. Tendo em vista que, a participação em projetos de integração sub-regionais fortalecem o próprio poder dos Estados de negociarem frente a terceiros, algo de suma importância, especialmente para os Estados com um menor potencial econômico da América Latina e do Caribe.

Os novos modelos de integração também originam-se do advento de uma nova onda democratizante no continente, instituída como forma de resposta às políticas neoliberais implantadas principalmente após o Consenso de Washington.<sup>3</sup> Consta-se que isto é fruto principalmente da ascensão de novos governos de esquerda nos países da região, que vem cooptando os projetos concebidos em espaços públicos. Todavia, é necessário observar se essa cooptação é apenas uma cessão ou se realmente configura-se em um projeto de política interna dos governos; reconhecendo também as novas formas de integração fora do âmbito estatal, integrações realizadas a partir de movimentos sociais visando à unificação dos povos.

Ao considerar os projetos de integração latino-americanos, alguns aspectos deverão ser questionados, já que não basta que seja uma integração latino-americana ou sul-americana para que corresponda aos interesses populares, mas tudo dependerá de como será este modelo de integração. Se será imposto, qual será a finalidade dele, quem o comporará e em que valores e interesses ele se baseará. Visto que, de acordo com essas condições, ele poderá simplesmente reafirmar as relações de dominação hegemônicas ou poderá realmente contribuir para o desenvolvimento dos Estados integrados respeitando os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais para o bem-estar da população e das gerações futuras, e não o benefício das transnacionais ou das oligarquias locais.

---

<sup>3</sup> Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso\\_de\\_Washington](http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington).

Se por um lado, algumas iniciativas oficiais são apontadas como alternativas para o desenvolvimento e a integração regional, dentre as quais podem ser citadas, com ênfase comercial, a ALCA, Mercosul e IIRSA, na prática, é uma integração concebida como uma área de livre comércio, composta por um espaço de livre circulação de mercadorias e capitais, isto é, orientada para abrir ainda mais estas economias e submetê-las a ditadura do capital. É o resgate do que sobrou do colonialismo e das políticas imperialistas que infligiram e continuam arrebatando os povos do continente, a exploração ilimitada de recursos naturais, convertendo-os em mercadorias de exportação, destinados a pagar a dívida externa. Por outro lado, são geradas iniciativas exclusivamente de governo, como a ALBA, OCTA, porém, que ainda não demonstraram de forma empírica, que podem romper com esse paradigma neoliberal ou que incorporarão ao seu processo de desenvolvimento o diálogo com as organizações da sociedade.

O que se pode afirmar é que, em pleno século XXI, entre alguns setores da diplomacia latino-americana a idéia de uma integração mais ampla entre os países da região, tem ganhado força. Retomando um espírito muito comum entre projetos de integração antecedentes, tal proposta emerge com uma preocupação comum em preservar a soberania das nações latino-americanas dos efeitos permanentemente ameaçadores da política continental neocolonialista norte-americana. Contudo, o que de fato é preciso ser posto em prática é o sentimento de comunidade, de unidade e solidariedade regional – princípios estabelecidos como fundamentais, desde Bolívar – tendo consciência que estes não se estabelecem por simples decretos ou acordos diplomáticos. O sucesso da proposta dependerá essencialmente da participação e do envolvimento efetivo de diversos setores organizados da sociedade civil (incluindo os parlamentos), como uma forma de lhe conferir um conteúdo mais popular e menos elitista, não restrito apenas às ações dos diplomatas, técnicos e empresários envolvidos nas negociações da nova proposta de integração, evitando assim, que o ideal bolivariano se torne uma mera retórica diplomática.<sup>4</sup>

## **2. Cessão política na América Latina: eleições de governos de esquerda.**

Apesar de estar longe de significar uma ameaça real ao capitalismo, a esquerda nestes últimos anos tem dominado o mapa político latino americano, com a elegibilidade de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005) e Michelle Bachelet no Chile (2006). Esses presidentes têm origens políticas, trajetórias e práticas bastante diversas, mas possuem em comum discordância com os cânones neoliberais vigentes (à

---

<sup>4</sup> Eugênio Rezende de Carvalho, “Dilemas históricos da integração latino-americana”. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod\\_not=520](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod_not=520).

exceção do Chile), ênfase na maior participação do Estado como instrumento de desenvolvimento e justiça social (eles têm um programa nesse sentido como revalorização das funções do Estado frente ao mercado), o compromisso de defender os acordos de integração regional, os direitos humanos, a justiça social e a democratização da sociedade e do sistema político.

A Venezuela foi um dos principais berços de um o ciclo esquerdista que se iniciou no continente, após uma década de turbulências políticas que incluiu duas tentativas de golpes militares e o impeachment de um presidente por corrupção. A ascensão de Chávez e as lutas sociais no país são inseparáveis das disputas pelo petróleo. A Venezuela é o país em que as reformas sociais foram mais abrangentes, e também o local em que as rivalidades entre direita e esquerda se tornaram mais violentas, com a tentativa de um golpe militar contra Chávez em 2002, boicotes econômicos e grandes manifestações contra e a favor do presidente.

No Brasil, a eleição de Lula se deu como parte normal do processo democrático. O Partido dos Trabalhadores (PT) já tinha quase 25 anos e havia administrado diversos estados e municípios brasileiros, além de ter forte presença no Congresso. Mas os meses que antecederam a vitória de Lula foram marcados por temores do mercado financeiro e elevação da cotação do dólar e do risco país. Esses receios começaram a diminuir quando o candidato divulgou durante a campanha a “Carta ao Povo Brasileiro”, comprometendo-se a manter os acordos assumidos com o FMI.

O governo Lula executou a política econômica ortodoxa herdada de seus predecessores e realizou aliança com os partidos tradicionais de direita. Porém, implantou mudanças alocando mais verbas para políticas sociais de distribuição de renda, apoiando a agricultura familiar, a busca de segurança alimentar, o combate ao racismo e o fortalecimento das relações externas com outros países em desenvolvimento. Em 2005 o governo foi atingido por uma série de denúncias de corrupção que levaram ao afastamento de ministros e de líderes do PT. Embora a popularidade do presidente tenha permanecido elevada, houve tensões entre o governo e muitos dos movimentos sociais que formam sua base de apoio, e que criticaram tanto a corrupção quando a condução da economia.

Na Argentina, Kirchner era o governador pouco conhecido da remota província de Santa Cruz ao ser eleito presidente em 2003. Havia se oposto ao seu colega do Partido Justicialista, presidente Carlos Menem, que implantou o neoliberalismo na Argentina e levou o país a uma grande crise. Ao assumir o poder em meio a uma situação de descrença nos políticos e catástrofe econômica, Kirchner iniciou reformas significativas. Renegociou a dívida externa em termos vantajosos para o país, retomou o crescimento econômico e retomou os julgamentos dos crimes da ditadura militar.

No Uruguai, Tabaré Vázquez foi eleito em 2004 pela Frente Ampla, uma coligação de partidos de esquerda que rompeu com o domínio bipartidário de Conservadores e Liberais, que vinha desde o século XIX. As dificuldades na

economia e os problemas no relacionamento com Argentina e Brasil o levaram à atitudes controversas, como retomar negociações para um tratado de livre comércio com os EUA.

Na Bolívia, os movimentos sociais ganharam força ao longo dos anos 90, tornando-se uma força capaz de vetar medidas neoliberais, principalmente as propostas relacionadas à extração do gás. A mobilização de indígenas e cocaleiros culminou, em 2005, na vitória de Evo Morales à presidência, pelo Movimento Ao Socialismo.

O Chile é governado por uma coligação de centro-esquerda, a “Concertación,” desde o fim da ditadura militar em 1990. Formada pelos partidos socialista e democrata-cristão, a aliança deu continuidade ao modelo econômico neoliberal implementado por Pinochet, que centra a economia chilena na exportação de produtos como cobre, vinho, salmão, frutas e celulose. O país assinou mais de 50 acordos de livre comércio, incluindo EUA e China e participa de maneira secundária do processo de integração regional, estando em meio a disputas por recursos naturais com os vizinhos Bolívia e Peru. Contudo, os efeitos mais ruinosos desse processo foram diminuídos por políticas sociais para a população mais pobre.

A eleição da socialista Michelle Bachelet em 2006 recebeu destaque, sobretudo por ser a vitória de uma mulher numa sociedade conservadora na qual o divórcio só foi legalizado em 2004. Do ponto de vista econômico não representa mudanças com relação ao modelo implementado pela “Concertación,” que se caracterizou por baixa inflação e alto crescimento, mas também pelo aumento das desigualdades sociais, que no continente só são menores do que as brasileiras.

No Equador, os movimentos sociais, em especial o indígena, fizeram parte da coligação que deu apoio ao presidente Lucio Gutierrez, eleito em 2002. Mas essas forças progressistas abandonaram o governo em seis meses, descontentes com os acordos com o FMI e a política externa pró-EUA. Gutierrez renunciou em 2005, após protestos populares e acusações de corrupção.

No Peru, o presidente Alejandro Toledo substituiu o governo autoritário de Fujimori, mas decepcionou a população e se tornou o governante mais impopular da América do Sul. Os altos índices de crescimento durante seu período não se traduziram em melhora para as condições de vida da população, abrindo caminho para a candidatura anti-sistema do militar Ollanta Humalla, que tentou um golpe contra Fujimori e é acusado de torturas e assassinatos cometidos durante a guerra suja contra o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso.

Na Colômbia, o poder continua em mãos da direita, com a alta popularidade mantida pelo presidente Álvaro Uribe em sua política de militarização da questão da segurança. Mas as eleições parlamentares de 2006 também marcaram a ascensão do Pólo Democrático Alternativo, partido de

esquerda fundado em 2003 que vem se constituindo como força de oposição a Uribe.<sup>5</sup>

Porém, o que os cidadãos latino-americanos têm podido observar é que os programas sociais implementados pela nova esquerda, em sua maioria, não significaram uma ruptura ou novidade, senão uma prolongação inercial da fase neoliberal anterior. Já que estes governos apresentaram-se como garantidores do funcionamento minimalista das instituições democráticas, onde a cidadania política se exerce de maneira universal e geral, sem restrições; e o pluralismo e a tolerância caracterizam os processos políticos. Havendo a dissimulação de um sistema democrático deficiente, o qual tem ocultado as verdadeiras insatisfações dos cidadãos que não são adequadamente representados, dando origem a movimentos sociais que criticam a democracia meramente eleitoral.

As tão prometidas mudanças na qualidade democrática, frustraram-se em puras expectativas dos cidadãos do continente, pois estes esperavam implementação de formas de democracia direta, democratização das instituições, isto é, um aumento da participação e a transparência da gestão. Observa-se em dados empíricos que pouco tem sido feito a respeito e ainda que o discurso destes líderes e seus partidos representem um avanço em relação aos seus predecessores conservadores, as correntes mais radicais tornam-se moderadas. E que as iniciativas criadas a fim de extirpar a pobreza, um dos maiores problemas da América Latina, funcionam num ritmo bem inferior ao esperado, se é que teve realmente houve uma redução nos índices de pobreza, e que os objetivos de desenvolvimento e justiça social aparentemente serão inexecutáveis pelo menos em um só mandato de governo.

A nova esquerda, contraditoriamente absorve e utiliza-se de aspectos que criticou no passado, quando se situavam na oposição, tais como a informalidade, a corrupção, parlamentos delegativos, férrea disciplina partidária, apatia cidadã, abstencionismo eleitoral, assim como círculos fechados de expertos e políticos em lideranças presidenciais autoritárias. Esses governos, atualmente, ocupando a posição da situação têm sofrido apenas mudanças emblemáticas, incorporando concepções populistas sobre a justiça social e conservadores sobre as lealdades nacionais.

### **3. Processos de integração institucionais: Mercosul, CAN, ALCA, TCLs, IIRSA e CSN ou CASA.**

Os processos de integração institucionais são aqueles reconhecidos pelos Estados como legítimos, que de uma forma ou de outra acabaram por influenciar a política externa dos países envolvidos, ainda que, não tenham efetivamente vigorado. Coincidentemente ou não, a grande maioria destes processos são regidos por princípios e caracterizados a partir de uma lógica

---

<sup>5</sup> Informações citadas sobre todos os governos acima ver: In: Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

neoliberal hegemônica, na qual há um redesenho do papel do Estado tornando-o garantidor da priorização da promoção da estabilidade e facilitação do funcionamento dos mercados.

Após a Segunda Guerra Mundial houve o crescimento do interesse pela integração como uma ferramenta para o desenvolvimento, estimulada pela experiência européia e pelo pensamento da Comissão Econômica da ONU para América Latina e Caribe (CEPAL), cujos estudos tiveram grande influência na formulação de políticas públicas do modelo de industrialização por substituição de importações. A CEPAL também foi decisiva no impulso às primeiras tentativas de integração entre os países latino-americanos, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, que tentou formar um mercado comum no continente.

A ALALC fracassou em função das dificuldades de conciliar a abertura comercial com as demandas protecionistas do modelo de substituição de importações, e também pelos conflitos políticos crescentes nos anos 60 entre ditaduras militares (Brasil, Argentina) e democracias (Chile, Colômbia). Contudo, essa primeira tentativa de integração deu frutos, como a formação do Pacto Andino em 1969, que reuniu os países dessa região e serviu de base para a criação da Comunidade Andina de Nações, três décadas depois.

A retomada dos processos de integração nos anos 90 é simultânea a duas amplas transformações: a redemocratização da América do Sul, com a queda das ditaduras militares, e o colapso do modelo do Estado desenvolvimentista, promotor da industrialização por substituição de importações. Esse paradigma foi trocado pela implementação de reformas neoliberais nos moldes definidos pelo Consenso de Washington, que incluem abertura econômica, privatizações, adesão a regras de propriedade intelectual, patentes, proteção de investimentos e ênfase na atração do capital externo. Portanto, a criação do Mercosul ocorre no formato do chamado “regionalismo aberto”, de inserção à economia globalizada.<sup>6</sup>

Dentre as principais iniciativas de integração institucionais, poderão ser destacadas como de maior importância, os seguintes modelos:

### 3.1. MERCOSUL:

A Formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) se deu no final da década de 80, a partir de uma aproximação entre Brasil e Argentina que faziam acordos de preferências comerciais e um importante tratado de cooperação e transparência na área nuclear. Essas relações intensificaram-se, e logo emergiu uma idéia a respeito da criação de um mercado comum, assim como já havia sido estabelecido na Europa. Outros dois países da região, Uruguai e Paraguai, vendo nestes entendimentos, uma forma interessante de fortalecimento e crescimento aderiram às negociações, completando-o, e conseqüentemente, facilitando a fundação deste bloco.

---

<sup>6</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

Em seus primeiros anos (1991-1998) o Mercosul estimulou o crescimento de 400% do comércio entre os países-membros. O potencial atraiu a participação do Chile e da Bolívia, que se juntaram ao bloco na categoria especial de “membros-associados”. Isto é, recebem preferências comerciais, mas, não têm os deveres e direitos políticos dos membros plenos, como a negociação conjunta de acordos internacionais como a ALCA e a adesão à TEC. E em 2006, houve uma ampliação ainda maior na quantidade de seus membros, já que houve a adesão de todos os países andinos (Colômbia, Equador, Peru, Venezuela), tornando-se também membros associados. Entre outros motivos, a ampla adesão tornou o Mercosul a principal referência para se debater a integração na América do Sul.

Apesar das transformações que a estrutura institucional do Mercosul sofreu no decorrer dos anos, as suas principais características permaneceram estáticas, já que, as decisões mais importantes no Mercosul ainda são tomadas por presidentes, ministros das relações exteriores e ministros da economia, com assessoria de representantes de outros órgãos das administrações do poder central. Num sistema voltado para o Poder Executivo melhor designado por um “hiperpresidencialismo”<sup>7</sup>, onde o Poder Legislativo exerce seu poder de maneira restrita, sem nenhuma preocupação no que concerne a participação das unidades sub-nacionais (governos de estados, províncias ou municípios) e menos ainda para a influência das organizações da sociedade civil.

No âmbito econômico o Mercosul tem se distanciado das nações economicamente favorecidas e tem realizado uma maior aproximação com os países em desenvolvimento como a China e a Liga Árabe. Enquanto as relações com esses países têm crescido de forma estrondosa, as relações econômicas principalmente com os EUA e com a União Européia são conflituosas, visto que, as nações ricas pressionam o Mercosul por concessões em áreas como serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, o que traria prejuízos econômicos e limitaria a capacidade do Estado em promover políticas públicas de desenvolvimento e saúde – restringindo, por exemplo, a fabricação de medicamentos genéricos. O Mercosul, por sua vez, quer que os ricos diminuam seus subsídios agrícolas, porém estes demonstram-se irredutíveis a esta temática. Em termos econômicos, o parceiro mais forte do Mercosul no mundo em desenvolvimento é a China. O país entrou com vigor no mercado energético e também se apresenta como um dos principais compradores de commodities agrícolas e minerais, como soja (Brasil), trigo (Argentina) e cobre (Chile). Os chineses também oferecem consideráveis possibilidades de investimentos:

“Numa visita à Argentina, ao Brasil e ao Chile em novembro de 2004, o presidente da China Hu Jintao anunciou planos de investir US\$100 bilhões na América Latina ao longo de

---

<sup>7</sup> Expressão do sociólogo uruguaio Gerardo Caetano. In. Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.



uma década. De início, assinou um contrato de energia com o Brasil no valor de US\$10 bilhões, para investimentos na infraestrutura de energia e transporte durante dois anos (a petrolífera chinesa Sinopec já tem um acordo de US\$1,3 bilhões com a Petrobras para construir um gasoduto de dois mil quilômetros). Petrolíferas chinesas também investiram em campos na Colômbia, Equador e Peru, e colocaram US\$5 bilhões em projetos no litoral da Argentina.”<sup>8</sup>

Além de comprar ativos em energia, os chineses também investem em redes de transporte para ajudar a levar suas compras para casa. Empresas chinesas estão, por exemplo, reconstruindo as ferrovias da Argentina e reparando as estradas da Venezuela.

Apesar dos avanços econômicos trazidos por esta integração entre os países da América do Sul, há um rol de problemas derivados de uma ausência democrática no processo decisório deste bloco, porque mesmo que se tenha havido um avanço democrático na sua estrutura com a criação do Protocolo de Ushuaia,<sup>9</sup> não há muita participação das organizações da sociedade civil dos países membros. Visto que, mais da metade dos documentos produzidos pelos órgãos do Mercosul foram declarados de caráter reservado, incluindo o projeto da cartilha do Cidadão bloco e uma consultoria sobre participação social no processo decisório e o espaço institucional reservado à sociedade civil, o Foro Consultivo Econômico e Social, não tem poder decisório, emitindo apenas recomendações.

Porém, hordienamente, os questionamentos da sociedade civil em relação à falta de transparência e pelo pouco acesso à informação e participação começaram a produzir resultados, mesmo que de forma tímida e lenta. Têm ocorrido algumas mudanças estruturais no bloco, abrindo um espaço para ampliação da influência das pressões sociais, como a criação do Foro Consultivo das unidades sub-nacionais, a fundação da Casa do Cidadão do Mercosul, que publica cartilhas e documentos sobre direitos e legislação do bloco e principalmente a vigência do Parlamento do Mercosul, a qual se iniciou em dezembro de 2006. Contudo, ele terá um funcionamento restrito até o ano 2014, com poucos poderes e terão seus membros eleitos de forma indireta pelos parlamentos nacionais. Alguns governos-membros, individualmente, têm proporcionado uma participação à sociedade civil, como é o caso da Argentina que em 2003, deu vigência a um conselho consultivo da sociedade civil dentro do Ministério das Relações Exteriores, visando à participação social no processo de integração sul-americano, reunindo

---

<sup>8</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

<sup>9</sup> Assinado em 1998, reconheceu a implementação da democracia como condição fundamental para os Estados participarem do bloco. Países que sofressem golpes militares poderiam ser excluídos do Mercosul ou submetidos a sanções econômicas.

representantes de várias organizações da sociedade civil, bem como funcionários dos governos centrais e provinciais.

### 3.2. CAN:

A Comunidade Andina de Nações (CAN) criada em 1996 faz alusão ao Pacto Andino<sup>10</sup>, utilizando-o como fundamento para sua formação, porém, com uma diferente composição devido à retirada chilena e a adesão venezuelana.

Dados indicadores revelam o ótimo desempenho da CAN nos últimos dez anos, porquanto, esta obteve uma grande prosperidade econômica, resultante de uma política de vendas internas, que aumentou as exportações de 111 milhões para 5.631 bilhões de dólares, isto é, 94 vezes maior.<sup>11</sup> Além disso, desde que os seus membros chegaram a um acordo em relação às tarifas alfandegárias, após a sua reativação, esses números têm crescido significativamente.

A articulação entre a CAN e o Mercosul é fundamental para a formação de um bloco de amplitude continental, dado que, ambos são os dois modelos sub-regionais principais. Os países andinos se tornaram membros associados do Mercosul e em 2003 foi assinado um acordo de livre comércio entre os dois blocos, que será implantado num prazo de 18 anos, até a queda de todas as barreiras e tarifas.

Porém, esta integração tem sido sabotada pela interferência dos EUA, pois a aproximação entre os dois blocos têm adquirido caráter secundário, diante das negociações em paralelo dos EUA, que assinam acordos semelhantes com o Chile e Colômbia, pretendendo fazer o mesmo com Equador e Peru, tornando-se assim o principal parceiro destes países para onde destinam-se metade das suas exportações.

O Brasil é o grande incentivador da associação entre CAN-Mercosul contra a influência norte-americana, tanto que no ano de 1994, ele propôs a formação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), no mesmo ano em que os EUA fizeram à propositura da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), revelando a intenção brasileira de garantir a sua própria zona de influência. Contudo, esta tentativa de liderança brasileira não é bem vista pelos outros países do continente, pois há um reconhecimento de que o Brasil é uma figura de peso na conjuntura econômica Sul-americana, representando sozinho quase metade do PIB e da população sul-americana, num desequilíbrio regional profundo. Por conta disto, os demais países da

---

<sup>10</sup> Criado em 1969 no acordo de Cartagena, composto por Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile visando uma União Aduaneira e Econômica para fazer restrições à entrada de capital estrangeiro, com base em estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU.

<sup>11</sup> Alfredo da Mota Menezes, Pio Penna Filho. Integração regional: Blocos econômicos nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp.75-76.

região estão temerosos de que essa iniciativa seja apenas uma tentativa brasileira de assumir a hegemonia continental.

### 3.3 ALCA:

Através de um acordo na Cúpula das Américas (1994) entre chefes de trinta e quatro governos emergiu a idéia de se criar uma zona de livre comércio de alcance continental (com exceção de Cuba<sup>12</sup>), ou seja, a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que funcionaria através da derrubada de barreiras ao comércio e ao investimento.

Entretanto, na realidade, através deste acordo os EUA e as suas empresas ensejavam consolidar, aprofundar e tornar irreversíveis suas políticas neoliberais, pretendendo estabelecer de uma vez por todas a prioridade absoluta dos direitos do capital em detrimento aos direitos dos povos.

As negociações deste acordo pareciam avançar inexoravelmente, pois governos de todo o continente negociavam submissamente, por textos secretos dos quais os seus povos não tinham nenhum conhecimento, ou, muito menos eram convocados para darem sua anuência. Nestas condições, acreditou-se que seria inevitável a ratificação desse acordo pelos governos latino americanos.

Contudo, movimentos e organizações sociais assumiram um papel de suma importância, contando com a participação de novos atores sociais como organizações sindicais, indígenas, ecologistas, camponeses, mulheres e acadêmicos de toda região, especialmente mediante sua articulação na Alianza Social Continental (ASC)<sup>13</sup>, tentaram convergir numa resistência consciente, organizada e capaz de grandes mobilizações, retirando o debate da esfera reservada das negociações para esfera pública. Tanto que, todas as principais reuniões para negociação da ALCA, passaram a ser acompanhadas de protestos populares.

Diante da observação de resistências ao acordo, os EUA começaram a realizar “reuniões informais” com alguns países menos comprometidos com o modelo neoliberal de livre comércio, propondo uma ALCA “light”, para que

---

<sup>12</sup> Em 1961, com John Kennedy, a ruptura se completou. Os Estados Unidos romperam as relações diplomáticas com Cuba e Kennedy autorizou a invasão militar do país pelos exilados cubanos treinados por militares norte-americanos. O isolamento de Cuba imposto pelos Estados Unidos e sua dependência econômica e militar de uma potência distante (União Soviética) não deixaram a Fidel, alternativa, senão tentar modificar esse quadro opressivo para o país. Por isso, a partir de 1962, passou a defender, incansavelmente, a insurreição armada na América Latina, com a esperança de que, com uma revolução em escala continental, Cuba pudesse finalmente romper o isolamento ao qual estava submetida. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/revolucaocubana.htm>

<sup>13</sup> La ASC es un espacio abierto a las organizaciones y movimientos interesados en cambiar las políticas de integración a nivel hemisférico y en promover la justicia social en las Américas. La Alianza Social Continental se constituyó formalmente en abril de 1999, en una reunión celebrada en San José, Costa Rica, en la que se definieron la misión, los objetivos y la estructura del nuevo espacio de articulación ciudadana en el hemisferio.” Disponível em: <http://www.asc-hsa.org/>.

eles assumissem compromissos menores. No entanto, mantiveram-se os desentendimentos, e os desacordos acarretaram na efetiva derrota da resistência continental contra a ALCA, na Cúpula de Mar Del Plata.<sup>14</sup>

Os “grandes resistentes” à ALCA foram os governos do Brasil, Argentina e Venezuela, porém a verdadeira razão desses dos dois primeiros, não foram por causa de questionamentos conceituais, políticos ou doutrinários a respeito do modelo de integração proposto, como foi o caso da Venezuela. Mas, ambos se opuseram tão firmemente devido ao fato de que os seus setores internos, portadores de uma economia mais próspera e dinâmica, influenciadores das políticas públicas, não estavam sendo suficientemente garantidos na negociação. Além do que, o acordo não garantiria um maior acesso aos produtos da agroindústria do Mercosul ao mercado norte americano, e o governo dos EUA também não estava disposto a reconsiderar os subsídios à sua produção agrícola.

#### 3.4. TLCs:

A partir da constatação dos EUA, de que havia uma obstrução em relação aos seus planos de negociação da ALCA com o continente latino americano, devido à resistência principalmente da Argentina, Venezuela e Brasil, o governo americano então decidiu por realizar negociações individuais com quase todos os outros países da América do Sul, através de acordos bilaterais ou sub-regionais mais conhecidos como Tratados de Livre Comércio (TLCs).

---

<sup>14</sup> Nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, a cidade de Mar Del Plata , na Argentina, sediou a IV Cúpula das Américas, reunião convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e, em paralelo, a III Cúpula dos Povos, organizada por várias organizações da sociedade latino-americana, em especial a Aliança Social Continental, a ASC, reunindo 34 presidentes do continente - com a exclusão expressa de Cuba. Nesta cúpula, é que a “ALCA pode ser considerada como enterrada” Disponível em: <http://www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=pt/node/7523>.

<sup>15</sup> Expressão utilizada pelo secretário-geral do MRE brasileiro, Samuel Pinheiro Guimarães, devido a presença tão forte dos EUA no continente, que na realidade possui 12 nações. In. Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

<sup>16</sup> Proyectos neoliberales y resistências populares, Edgardo Lander. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article125711.html>.

Através desses acordos os EUA reforçam ainda mais a sua intimidadora presença no continente, sendo até ironicamente denominado de “décimo terceiro país da América do Sul”<sup>15</sup>, que na realidade é composta apenas por doze países. Todavia, sua interferência não se restringe somente às relações comerciais, mas também é uma representação dos seus interesses diplomáticos, financeiros e até militares. Como é o caso da interferência norte americana na guerra da Colômbia, financiando-a e mantendo dois exércitos guerrilheiros - as FARC e o ELN sob o argumento do combate aos cultivos de coca - revelando uma imensa contradição, já que este país latino-americano é um dos maiores produtores de cocaína e os EUA é o seu maior mercado.

Os EUA têm se utilizado desses acordos bilaterais como forma de demonstrar o seu ressentimento pela não ratificação da ALCA, pois tem sido observada uma forte radicalização neoliberal provocada pela profunda disparidade dos pólos participantes destes acordos como nos capítulos sobre propriedade intelectual e agricultura do TLC andino, acordos que se forem aprovados em sua versão atual trarão impactos catastróficos sobre a saúde e alimentação dos povos latinos.

EUA tem exigido o patentamento de plantas e animais, assim como de procedimentos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos. Reafirmando que considera mais importante as garantias de suas transnacionais farmacêuticas do que a saúde pública, contrariando a Declaração Relativa ao acordo sobre ADPIC de Doha (2001), a qual prevê certa flexibilização na interpretação dos direitos a propriedade intelectual dos medicamentos determinando que os países membros da OMC “protejam a saúde pública e em particular promovam o acesso a medicamentos para todos”.<sup>16</sup>

Nas negociações sobre agricultura o governo norte americano exige a eliminação de proteção na compra de produtos agrícolas dos países andinos, mas se recusa a qualquer discussão sobre os seus subsídios agrícolas.

Mesmo com existência de uma firme oposição popular, intermediada por movimentos sociais e políticos, a assinatura de tratados sub-regionais de livre comércio como o Acordo Centro- americano de Livre Comércio (CAFTA) destinado aos países da América Central e a abertura de negociações com os países andinos para implantar ali o Acordo de Livre Comércio Andino (AFTA), parecem ser impossíveis de serem detidos.

Na atual conjuntura latino americana, não pode ser comemorado o total fracasso da ALCA, porque além de os EUA provarem que são detentores de um poderoso arsenal político, econômico e militar, o que lhes permitiria recuperar a ofensiva a qualquer momento, também demonstraram que a partir da criação de uma outra estratégia são capazes de construir uma área de livre comércio para as Américas.

---

\_\_\_\_\_

Portanto, fica evidente que é fundamental reverter esses acordos (TLCs), substituindo-os por acordos comerciais que não comprometam a soberania, os medicamentos, a saúde, a água, a educação, a cultura, a biodiversidade, a soberania alimentar as compras estatais, os recursos naturais e a possibilidade de programar políticas industriais ativas. Para impulsionar o desenvolvimento, deve-se aproveitar ao máximo as complementaridades existentes entre as diversas economias nacionais, integrando um poderoso mercado de consumo.

#### 3.4. IIRSA:

Apesar da iniciativa de se criar uma Área de Livre Comércio na América do Sul (ALCSA) não ter tido êxito, alternativas visando à integração foram concebidas. Como na I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada no Brasília em 2000, que gerou a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual constituiria-se em um conjunto de grandes obras de infra-estrutura para o continente, com a priorização dos setores de energia, transportes e telecomunicação.

A grande fomentação da IIRSA se deu a partir do ano de 2003, como consequência da sua boa recepção principalmente, pelos governos brasileiro de Lula e venezuelano de Chávez, que demonstraram-se interessados em realizar financiamentos para a construção de usinas, estradas e gasodutos. Essa nova forma de integração é caracterizada pela realização de mega-projetos como a construção de hidrelétricas no Rio Madeira, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e do chamado “Gasoduto do Sul” ou “Gasoduto Bolivariano” que iria de Puerto Ordaz (Venezuela) a Buenos Aires, com orçamento estimado na quantia extraordinária de US\$25 bilhões.

Esses projetos tornaram-se grandes fontes de expectativas dos organismos que normalmente são beneficiados pela implantação de políticas neoliberais, isto é, são encaradas pelas grandes empreiteiras, pelas grandes empresas exportadoras e pelos organismos de financiamento nacionais e internacionais como uma excelente forma de se obter lucro, sobretudo no setor do agro-negócio. Além destes, pertence ao grupo de beneficiados os governos americano, indiano e chinês, já que, uma parte considerável das exportações do setor precisa atravessar a América do Sul em direção ao Oceano Pacífico, para adentrar os mercados consumidores da China e da Índia.

O governo norte americano tem pressionado os governos da América do Sul a adotarem um modelo de parcerias público-privadas para a realização dos projetos de infra-estrutura, no qual essas empresas privadas realizam obras ou prestam serviços ao governo, tendo em vista a certeza de um retorno mínimo aos seus investimentos, mas, na prática significa uma lucrativa atividade para as grandes empreiteiras, já que o Estado fica com o ônus de seus possíveis prejuízos.

Os projetos de infra-estrutura não podem ser desenhados como parte da geo-estratégia mundial de luta pelo controle, domínio, posse e usufruto de

recursos naturais estratégicos, nem implementadas através da destruição das zonas mais ricas em recursos naturais e da exploração da mão-de-obra barata. Diante das organizações da sociedade civil e redes latino-americanas, a IIRSA tem sido objeto de um intenso debate e resistência, pois estas a enxergam não simplesmente como uma integração com a intenção de promover entre os países a harmonização de políticas, planos, marcos legais e institucionais referente à infra-estrutura, mas preocupam-se com as conseqüências sócio-ambientais que ela poderá causar como devastação florestal e de recursos hídricos, deslocamento populacional, diminuição da biodiversidade e aumento da poluição. Também atentam para a corrupção e superfaturamentos que poderão decorrer destes projetos, devido à ausência de transparência e controle social, em obras que lidam com valores bilionários e envolvem atores político-econômicos de influência considerável.

Alguns contrapontos podem ser enumerados quanto ao estabelecimento da IIRSA, considerando que ela apresenta diversos aspectos negativos, na sua atual concepção os quais poderiam causar impactos irreversíveis como: A perpetuação da fragmentação espacial do desenvolvimento, mediante a concentração de investimentos para aumentar a produção e o comércio em cadeias produtivas ligadas aos mercados internacionais. Reforçando-se assim, o caráter assimétrico e desequilibrado das economias regionais, como exemplo o caso da exclusão do nordeste brasileiro, que não é considerado um eixo de integração e desenvolvimento da IIRSA, ainda que nele vivam 60 milhões de pessoas, cerca de um terço da população brasileira. Causaria também, o reforço do papel da América do Sul de plataforma de exportação de bens com baixo valor agregado, papel esse que foi designado aos países sul-americanos não por estratégias das indústrias nacionais, e sim ao plano de ação das transnacionais, que utilizam os países como plataforma de exportação para o resto do continente ou para os EUA. Isso explica o interesse dessas empresas (e dos governos) pelas obras de infra-estrutura, que melhorarão o transporte da sua produção. Além disso, destaca-se como um ponto desfavorável à implantação da IIRSA, o aumento do endividamento dos governos latino americanos para realização desses mega-projetos, que se renderiam novamente aos entes financeiros como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Financeiros para o desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), Banco Mundial e banco Europeu de Investimentos, os quais encaram uma verdadeira disputa pela primazia de financiar esses projetos. Sem contar que, embora tenha havido a resistência a ALCA, a facilitação do transporte de mercadorias numa área de livre comércio com a atuação IIRSA, daria margem ao entendimento de que há um interesse dos países resistentes em eventualmente aderir a ALCA.

Assim projetos como a IIRSA, tidos como complementos da ALCA, devem ser substituídos por propostas de integração infra-estrutural, as quais surjam das necessidades dos povos e priorizem a articulação no marco de

pólos de desenvolvimento integral, ao longo de seu planejamento, em harmonia com o meio ambiente e as normas e princípios que se tem obtido para a sua proteção e cuidado, o respeito às comunidades e aos direitos humanos e que não gerem um endividamento ilegítimo ou odioso. Contudo para que isto se concretize, será necessário que os projetos sejam submetidos ao debate e deliberação democrática com as comunidades que serão afetadas pela sua implementação e seu sustento financeiro.

### 3.5. CASA ou CSN:

É um projeto de integração diferente dos modelos institucionais hegemônicos, o qual foi lançado na III Reunião de Presidentes da América do Sul realizado em Cusco, compreendo na sua composição o Mercosul, a Comunidade Andina das Nações, Guiana e Suriname. Consiste na transcendência de uma área de livre comércio, por meio da construção de um espaço supranacional, que permitirá uma estratégia mais qualificada de inserção global dos países sul-americanos. Isto se realizaria através do desenvolvimento de um espaço sul-americano integrado, em termos políticos, sociais, econômicos, ambientais, e de infra-estrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul, buscando valores comuns, no sentido de consolidar um bloco continental. Permitindo-lhe uma maior participação e representação no cenário internacional.

Todavia, tanto a Declaração de Cusco, quanto a decisão de criar a Comunidade Sul-americana, devem ser valorizadas pelos países não podendo aquela ser encarada como pura retórica e nem esta como uma mera formalidade, há de se atentar para a demanda de ações concretas e a real capacidade de viabilização desta união da América Latina. É necessário encarar este processo como uma importante potencial conversão em um novo terreno de luta de forças sociais em torno do futuro da América Latina. Portanto, devem os governos signatários da declaração, adequar às orientações de suas políticas públicas aos objetivos declarados da Comunidade Sul-americana de Nações.

A grande dificuldade advém da concepção, de como os governos latinos americanos pretendem garantir saúde, educação, água potável, soberania alimentar e preservação ambiental para seus povos, se paradoxalmente, as suas políticas públicas são baseadas nas orientações econômicas impostas por organismos financeiros, credores das suas dívidas externas. Além de que, alguns países simultaneamente, continuam negociando esses objetivos formulados na declaração de Cusco, como se fossem “commodities”, submetidos aos interesses dos tratados de livre comércio com os EUA.

Os objetivos delimitados por modelos como a ALCA, os TLCs e os tratados de inversão, cuja orientação é favorecer as empresas transnacionais e mercantilizar todos os aspectos da vida apresentam uma enorme discrepância em relação às proposições emanadas pela CSN, as quais deverão se basear na redistribuição de riqueza que hoje está concentrada desigualmente numa



minorias privilegiadas, que os Estados cumpram com suas obrigações em matéria de direitos sociais, culturais, econômicos dos povos, superando as discriminações de gênero, raça e gerações, respeitando a identidade e os direitos dos povos indígenas. Pois a vida, os direitos humanos e ambientais, o bem-estar e a solidariedade entre os povos devem ser os pontos de convergência do processo de integração.

Abre-se com esta nova forma de integração, um novo terreno de luta continental. Porém, o destino deste projeto e a resposta à questão básica de se pode ou não chegar a ser favorável aos interesses populares dependerá do resultado das lutas sociais e políticas, da capacidade das forças populares para resistir às tendências políticas e econômicas hoje dominantes na maior parte do continente.

#### **4. Modelos alternativos: TCA, TCP e ALBA.**

Os processos de integração alternativos podem ser descritos como uma integração geopolítica, concebida como parte dos processos de resistência à ordem global, impostora de uma política unilateral e imperial do capital transnacional e do governo americano. É uma proposta defensiva que tem como meta conquistar espaços de autonomia e soberania para definir políticas públicas e opções econômicas próprias, isto é, uma integração que contribua para o desenvolvimento dos espaços e territórios do exercício da soberania democrática dos povos. Guia-se pelos valores de igualdade, participação, pluralidade, solidariedade, comunidade e é orientada na recuperação e construção de outras formas de viver dos seres humanos a partir da natureza, não considerando-a uma inimiga a ser submetida, controlada, explorada e destruída.

Os modelos de integração considerados como alternativos para a integração regional do continente latino americano são:

##### **4.1. TCA:**

Os países do Mercosul e da CAN também participam conjuntamente de outras organizações regionais, como a Organização dos Estados Americanos (que reúne todos os países das Américas, menos Cuba, e está sediada em Washington), o Grupo do Rio (fórum de articulação dos países latino-americanos) e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esta última é recente e pouco conhecida, mas apresenta possibilidades interessantes para as organizações da sociedade civil.

O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em Brasília, no ano de 1978, reunindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. É um instrumento jurídico de natureza técnica que visa à promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia, como base de sustentação de um modelo de complementação econômica regional que contemple o melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes e a conservação e utilização racional de seus recursos. O TCA prevê a

colaboração entre os países membros para promover a pesquisa científica e tecnológica e o intercâmbio de informações; a utilização racional dos recursos naturais; a liberdade de navegação nos rios amazônicos; a proteção da navegação e do comércio; a preservação do patrimônio cultural; os cuidados com a saúde; a criação e a operação de centros de pesquisa; o estabelecimento de uma adequada infra - estrutura de transportes e comunicações; o incremento do turismo e o comércio fronteiriço.

Dentre as suas finalidades, está a promoção da gestão ambiental da área dos projetos binacionais e o incentivo de seu desenvolvimento autônomo e sustentável, utilizando corretamente as suas potencialidades e respeitando as limitações dos recursos naturais. A melhora da qualidade de vida da população mediante a geração de atividades produtivas e de fontes de trabalho, bem como o melhoramento ou instalação de infra - estrutura física e social básica que satisfaça as aspirações dos habitantes. A integração econômica de cada área nacional nos respectivos países, assegurando que essa integração sirva de elemento dinamizador do desenvolvimento. E a realização do zoneamento ambiental como base para o ordenamento territorial e para implementação de modelos de produção que considerem a capacidade dos ecossistemas amazônicos dentro de um processo de desenvolvimento sustentável no qual participem ativamente os grupos humanos tradicionalmente assentados na região, incluindo as comunidades indígenas.<sup>17</sup>

A OTCA firmou diversos convênios com agências da ONU e organismos internacionais e está se tornando uma parceira interessante para organizações da sociedade civil que atuem na região amazônica.

#### 4.2. TCP:

Os Tratados de Comércio dos Povos (TCP) são um conjunto de acordos firmados entre Bolívia, Venezuela e Cuba, que passam pelo campo econômico e comercial, mas que transcendem estes aspectos ao levarem em consideração características históricas e culturais dos países envolvidos. O TCP não observa o comércio e investimento como fins em si mesmos, mas sob a perspectiva de que eles são os meios para se alcançar o desenvolvimento dos países; por isso estes temas devem ser considerados, mas não devem ser a motivação final da integração. As propostas giram em torno da complementaridade entre os países signatários, bem como da abertura de mercados para produtos agrícolas, artesanais e industriais, especialmente produzidos pelas comunidades indígenas, a fim de impulsionar o desenvolvimento das organizações econômicas camponesas e de cooperativas.

Os três representantes estabeleceram políticas de educação, de saúde, de investimento e de tecnologia a serem desempenhadas por meio da solidariedade, ajuda mútua e cooperação entre seus povos, não guiada por

---

<sup>17</sup> Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Site oficial disponível na internet em: <http://www.otca.org.br/>

interesses mercantis ou empresariais. Elaborarão um plano estratégico para garantir a mais benéfica complementação produtiva baseada na racionalidade, no aproveitamento de vantagens existentes nesses países, na poupança de recursos, na ampliação do emprego, no acesso a mercado ou outras considerações, apoiado numa verdadeira solidariedade que desenvolva os respectivos povos; trabalharão em conjunto, em coordenação com outros países latino-americanos, para eliminar o analfabetismo, empregando métodos de aplicação em massa, de comprovada e rápida eficácia, levados a prática com grande sucesso na Venezuela; enviarão esforços para que o país sede possua, pelo menos, 51% das ações, nos casos de empresas binacionais ou trinacionais de importância estratégica, desde que a natureza e o custo do investimento o permitam; as exportações de bens e serviços provenientes de Cuba serão pagas com produtos bolivianos, na moeda nacional da Bolívia ou em outras moedas mutuamente acordadas. A Bolívia compromete-se a exportar minérios, produtos agrícolas, agroindustriais, pecuários e industriais, a contribuir para a segurança energética da Venezuela e de Cuba com sua produção disponível e excedente de hidrocarbonetos e a isentar de impostos qualquer investimento estatal e de empresas mistas que se formarem com os dois países.<sup>18</sup>

Em especial, no caso particular da Bolívia, reconhecem as suas especiais necessidades como resultado da exploração e o saqueio de seus recursos durante séculos de dominação colonial e neocolonial, portanto, a fim de avançar na tarefa de transformar a presente realidade de profundas carências em serviços sociais básicos, como educação e saúde, no aproveitamento dos recursos naturais do subsolo, como o gás, o petróleo e outros, no desenvolvimento do potencial agrícola e na formação de recursos humanos qualificados, em benefício dos pobres, dos explorados e dos discriminados, os outros dois participantes promoverão, em coordenação com a Bolívia, as ações necessárias para apoiar a justa demanda boliviana do cancelamento, sem condicionamento algum, de sua dívida externa, que constitui um sério obstáculo à luta da Bolívia contra a pobreza e a desigualdade. Eliminarão imediatamente taxas alfandegárias ou qualquer tipo de barreira não-tarifária aplicáveis a todas as importações do universo tarifário da Bolívia. E garantem a compra das quantidades de produtos da cadeia oleaginosa e outros produtos agrícolas e industriais exportados pela Bolívia que possam ficar sem mercado em consequência da aplicação de acordos de livre comércio assinados com os EUA ou com a União Européia.

Estes Tratados juntamente com a ALBA, formam o Acordo de Alternativa Bolivariana, assinado em abril de 2006 pelos três governos. Este acordo é dividido em cinco partes, onde a primeira contém disposições gerais que compreendem o compromisso dos países em dar passos concretos para o processo de integração, reafirmando a Declaração Conjunta assinada em

---

<sup>18</sup> Disponível em: [http://www.e-agera.org.br/conteudo.php?id=4230\\_0\\_3\\_0\\_C20](http://www.e-agera.org.br/conteudo.php?id=4230_0_3_0_C20)

dezembro de 2004 por Cuba e Venezuela, à qual o governo boliviano se uniu.

Os países se comprometem a criar um plano estratégico de complementaridade produtiva, transferência tecnológica, investimentos de interesse mútuo, convênios de crédito recíproco para facilitar as transações comerciais e financeiras, mecanismos de compensação comercial de bens e serviços, planos culturais conjuntos, fortalecimento da comunicação via TeleSul, e trabalho coordenado com os outros países da América Latina.

#### 4.3. ALBA:

A Alternativa Bolivariana para os Povos da América Latina é um projeto que propõe uma integração política e econômica do continente latino-americano e do Caribe sob uma nova perspectiva. Este modelo inovador tem como o seu principal defensor e operador o governo venezuelano, sob o comando do presidente Hugo Chávez, que após algumas crises internacionais como os atentados de 11 de setembro e a invasão do Iraque se fortaleceu muito, pela conseqüente elevação do preço do petróleo, utilizando-se dos petro-dólares para financiar a implantação de amplos programas sociais, conhecidos como “missões”, em áreas como saúde, economia solidária, educação, habitação popular e impulsionar as políticas de integração da ALBA.

Esta proposta supõe a construção de alianças estratégicas e posições comuns entre os países da região como meio de fortalecimento de posições políticas contra a Área de Livre Comércio das Américas. Nesse sentido, essa alternativa critica a liberalização, desregulamentação e privatização de serviços, que restringe a capacidade dos Estados da região de planejar e efetuar suas políticas públicas. Defende a criação de mecanismos de cooperação entre as nações latino-americanas para que haja um contrabalanço nas assimetrias dos países que a constituírem.

A ALBA visa à promoção de comércio entre os países, prevendo até mesmo, a eliminação de barreiras tarifárias para certos produtos, mas o centro de suas intenções é muito amplo. Sua constituição, identifica-se com a priorização do lado “social” do desenvolvimento, baseando-se na complementaridade econômica e social e não na competição, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais das comunidades para a criação conjunta de projetos sócio-produtivos.

Oficialmente, os seus principais objetivos declarados são a luta contra a pobreza e exclusão social; a defesa dos direitos humanos, trabalhistas, da mulher, do meio ambiente e da integração física da região e de políticas anti-protecionistas dos mercados. Propõe-se a “atacar os obstáculos à integração desde sua raiz, a saber: a pobreza da maioria da população; as profundas desigualdades e assimetrias entre países; o intercâmbio desigual e condições injustas das relações internacionais; o peso de uma dívida impagável, etc.”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos,

Em verdade, é uma agenda de boas intenções que o governo da Venezuela planeja colocar em prática ao longo de sua política externa, contudo tem dois objetivos em paralelo: firmar sua liderança política regional e, ao mesmo tempo, defender-se da potência imperialista mundial, os EUA, com quem mantêm intensas e atribuladas relações comerciais.

Dentre as concretas proposições institucionalizantes da ALBA destacam-se a ratificação de Convênios Comerciais Compensatórios e as Alianças Estratégicas. No ano de 2004, Cuba e Venezuela firmaram um destes Convênios, em que está incluída uma declaração conjunta de princípios comuns e artigos nos quais cada país propõe ações próprias sobre o que necessita e o que vai oferecer em relação a bens e serviços segundo suas capacidades. Como por exemplo, Cuba, líder regional em medicina, mandaria à Venezuela 15.000 médicos e prestariam assistência na construção de centenas de novas clínicas médicas no país, bem como, treinariam os médicos venezuelanos através de ensinamentos nas Universidades cubanas. Enquanto a Venezuela promoveria reduções no preço das taxas de importações de petróleo, estimadas em 1 bilhão anual.

No dia 29 de abril de 2006, o recém eleito presidente da Bolívia, Evo Morales, o primeiro indígena a administrar um Estado em 180 anos de história, inseriu-se na ALBA, assinando um rol de acordos com Cuba e Venezuela, tornando-se o terceiro membro. As contribuições da Bolívia na aliança virão em forma de exportações de gás natural, juntamente com mineração, agricultura, produtos agroindustriais, pecuária e produtos industriais. Em contrapartida, contribuições para a melhoria na educação indígena e na medicina tradicional foram uma das propostas incluídas na lista de esforços de colaboração assinada em Havana.

Além de propostas burocráticas a ALBA também incluiu nos seus esforços, a criação ou a expansão de algumas corporações públicas para a América Latina, como: PetroSul e a PetroCaribe, a recém formada associação de diminuição de preços do óleo e de apoio ao desenvolvimento dos países componentes; a Companhia de Energia latino americana e caribenha, formada pela associação de corporações dos Estados nessa área; GasSul, uma corporação inter-estatal para a exploração e comercialização do gás natural; LALC, uma companhia latino- americana e caribenha de transporte aviatório; Companhia Seguradora do Sul; Banco do Sul, criando mecanismos próprios que permitam incentivar a solidariedade entre os povos da região, a superar a vulnerabilidade e a dependência da América do Sul em relação aos mecanismos financeiros tradicionais da globalização (FMI, Banco Mundial, BID), através da autonomização da região com a constituição de mecanismos como um Fundo de Reserva e um Banco Solidário do Sul e com a substituição do dólar nas transações intra-regionais promovendo um desenvolvimento social e econômico; TeleSul, uma tevê por satélite, com capital

majoritariamente venezuelano (51%) cubano e uruguaio, a qual realize transmissão para toda a América Latina e Caribe, numa tentativa de potencializar as redes regionais de comunicação pública com um sentido de equidade, respeito aos meios de comunicação, priorizando a interconexão intra-regional das redes de telecomunicações (diminuindo a dependência externa), junto com políticas de capacitação e para aumentar a acessibilidade; Uma corporação para articulação de publicidade e registro de arquivos, Corporação Nacional Latino-Americana de Comunicação; dentre outras. Uma proposta de construir um oleoduto com a extensão de 7.000 quilômetros, ligando a Venezuela, Brasil, Argentina e Bolívia tem sido objeto de negociações, mas é possível que ela depare-se com fortes resistências da sociedade civil, principalmente da parte dos ambientalistas e dos indígenas.<sup>20</sup>

Como foi demonstrado, com a concretização da ALBA será possível em nações de estruturas extremamente injustas, desviar os recursos naturais do alcance das elites e das corporações transnacionais, redirecionando-os para um verdadeiro desenvolvimento sustentável ecológico e humano e ao mesmo tempo estabelecer acordos com os países vizinhos, que certamente terão outras formas desenvolvimento e recursos para compartilhar. Hugo Chávez apresenta à América Latina e ao Caribe a capacidade de proverem um modelo de integração regional que poderá transformar o rumo das relações entre o “Norte e o Sul”.<sup>21</sup>

## **5. O papel dos movimentos sociais e a sua relação com os governos.**

Apesar dos problemas com instituições ineficientes e distantes, a sociedade civil sul-americana tem dado provas de vitalidade e capacidade de organização e mobilização.

Muitos movimentos sociais criaram um clima político tal que lhes possibilitou passar de mera resistência ao paradigma do comércio livre, como foi a campanha intercontinental contra a ALCA à proposição de critérios populares para a integração e o desenvolvimento no que, por sinal, convergem com os governos, ocasionando uma cooptação entre eles.

Os movimentos e organizações sociais de resistência à ALCA, especialmente mediante sua articulação na Alianza Social Continental,<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> David Evan Harris, Diego Azzí. ALBA – Venezuela’s answer to “free trade”: the Bolivarian alternative for the Americas. Occasional Paper: 3. São Paulo, Brazil – Bangkok, Thailand. October 2006.

<sup>21</sup> Idem ao anterior.

<sup>22</sup> La ASC es un espacio abierto a las organizaciones y movimientos interesados en cambiar las políticas de integración a nivel hemisférico y en promover la justicia social en las Américas. La Alianza Social Continental se constituyó formalmente en abril de 1999, en una reunión celebrada en San José, Costa Rica, en la que se definieron la misión, los objetivos y la estructura del nuevo espacio de articulación ciudadana en el hemisferio.” Disponível em: <http://www.asc-hsa.org/>.

<sup>23</sup> Afirmação do professor Francisco Carlos Teixeira, professor titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. In. Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto

tentaram tirar o debate do âmbito reservado de uma negociação entre especialistas em comércio internacional para colocá-la no terreno do debate e da mobilização pública. Organizações sindicais, indígenas, ecologistas, camponeses, mulheres e acadêmicos em todo continente tentaram formar uma resistência consciente, organizada e capaz de grandes mobilizações. Cada uma das principais reuniões dos negociadores do acordo passou a ser acompanhada de massivos protestos.

Mais do que as divergências em torno de um projeto específico, o que está em jogo no conflito entre governos e organizações da sociedade civil é a disputa pelo modelo de desenvolvimento que deve pautar a integração regional. Desta forma, a implementação de uma “democracia de partidos de esquerda” na região, assim como a discussão de projetos de desenvolvimento que se contraponham ao projeto neoliberal, serve de pano de fundo para um debate que já se prolonga há algum tempo, entre partidários de um processo de integração regional para as empresas, de matriz neoliberal, e um projeto de integração voltado para os povos.

Essas organizações da sociedade contribuíram intensamente para a eleição dos presidentes esquerdistas. Agora, elas deram início a uma fase superior de atuação: a elaboração de alternativas de integração e de um tipo de desenvolvimento não mais baseado meramente nos paradigmas do crescimento e da acumulação capitalistas. Mas, algo radicalmente diferente, que incorpore as suas próprias visões de mundo e as experiências acumuladas desde a chegada dos europeus à América Latina.

É nesta região do globo que os movimentos sociais tradicionais percebem e se aliam à emergência dos movimentos indígenas e de vários matizes do movimento camponês. Ambos são os mais inovadores atores sociais do período da onda vermelha. Eles superam teoricamente os limites do neoliberalismo (que preconiza a desregulamentação da economia, a privatização dos bens, dos serviços e da vida) e recolocam a gestão comunal da natureza e de seus produtos, sem, contudo esquecer dos limites e da ética do trato com esses bens (o que havia sido desconsiderado pela esquerda tradicional). Indígenas e camponeses vão mais além, estendem esse conceito de gestão comunal (que tem implicações até espirituais) aos espaços da política, alcançam vitórias eleitorais na Bolívia e no Equador e terminam por instigar a esquerda tradicional a se repensar.

Os anos 90 marcaram a consolidação dos movimentos indígenas do continente como atores importantes, em particular na Bolívia e no Equador.

“(…) Três países andinos – a Bolívia, o Peru e o Equador – apresentam uma forte ascensão dos movimentos sociais, com o rompimento de séculos de dominação branca, de elites voltadas para o exterior e nutridas por um consolidado desprezo pelo bem-

estar da maioria do povo. Estes três países andinos - o chamado Arco Indígena – apresentam, para além de uma história comum, um conjunto de forte componente étnico indígena, cujos representantes, após décadas de dominação e de desesperança, passaram a liderar amplos movimentos de rebeldia, exigindo transformações de caráter social e político”.<sup>23</sup>

A luta dos índios envolve a preservação de recursos naturais e de sua cultura, e também é indissociável da resistência aos modelos neoliberais adotados no continente. Na Bolívia, essas medidas começaram com a "Nova Política Econômica" do presidente Victor Paz Estenssoro, em 1985. Para controlar a hiperinflação adotou um pacote de reformas que resultou no desmonte da atividade econômica estatal. Muitos dos mineiros que perderam o emprego tentaram nova vida, como agricultores, entrando em contato com os camponeses indígenas do Altiplano. O resultado foi o encontro de duas tradições de luta: o histórico dos sindicatos em mobilizações e confrontos e as demandas dos índios pelo acesso aos recursos naturais, em especial terra e água e a questão da exploração do gás.

A agenda do movimento indígena boliviano aborda temas econômicos, sociais e culturais. Por isso, seus líderes optaram por articulações amplas entre índios, sindicatos e outras organizações sociais, como no Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales e na Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, que impulsionou a campanha em Cochabamba. O movimento indígena boliviano foi fundamental para a queda dos presidentes Sanchez de Lozada (2003) e Carlos Mesa (2005) e também para a eleição de Evo Morales, que em 2006 tornou-se o primeiro indígena a assumir a presidência da Bolívia, dando os primeiros passos para encerrar o regime de exclusão racial que vigora desde a conquista espanhola.

Os movimentos sociais bolivianos formaram a Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, que agrupou representantes de diversos setores, como associações de moradores, sindicatos, camponeses, aposentados, estudantes. As pessoas bloquearam ruas e estradas, ocuparam simbolicamente Cochabamba e enfrentaram polícia e exército. Em 2000, depois de meses de conflitos, o governo boliviano cancelou o contrato com o consórcio e cedeu à administração do abastecimento de água à própria Coordenadora. A chamada “guerra da água” não foi somente um conflito social localizado.

Os protestos no país mais pobre da América do Sul tiveram impacto numa das nações de maior desenvolvimento no continente, o Uruguai. Ali, a sociedade civil teve força suficiente para discutir a privatização da água num referendo nacional, realizado junto com as eleições presidenciais, em 2004. A mesma votação que deu a vitória à Frente Ampla, de esquerda, decidiu que o abastecimento de água deveria continuar a ser serviço público.

---



Na Argentina, o governo Kirchner decidiu reestatizar o abastecimento de água de Buenos Aires, que havia sido privatizado para a empresa Águas Argentinas, controlada pelo grupo francês Suez. O contrato foi anulado pelos argentinos por uma série de razões que envolvem desde a má qualidade da água (com nitratos 50% além do nível aceitável) até o preço elevado e as dificuldades de abastecimento. Segundo Kirchner:

“A “batalha da água” envolve o governo da França, que está imerso em outras disputas com relação às privatizações, no setor elétrico argentino. O grupo Suez tem ameaçado processar o governo da Argentina através de um tribunal do Banco Mundial.”

Outro destaque é Aqüífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo, espalhado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Possui imenso potencial para abastecimento de cidades, fazendas e indústrias. A água é de excelente qualidade – pode ser consumida diretamente, sem filtragem. Também é quente, pode ser utilizada para reduzir o consumo de eletricidade (em aquecedores, por exemplo), para combater geadas e para irrigar regiões ameaçadas de desertificação, como certas partes do sul e do centro-oeste do Brasil.

Há preocupações dos grupos sócio-ambientais com as possibilidades de contaminação do aqüífero, e de seu uso indiscriminado por parte de grandes empresas, temores reforçados pelo péssimo histórico das transnacionais com relação à água, como examinados nos casos acima.

Outro ponto crucial para os movimentos indígenas diz respeito à inserção de seus produtos e culturas tradicionais nos regimes de proteção à propriedade intelectual. Na década de 90, os países andinos assinaram uma série de tratados se submetendo às leis de patentes propostas pelos EUA. Esses acordos são bastante eficientes na defesa das grandes empresas transnacionais da indústria e dos serviços, mas deixam de fora as garantias às criações dos índios, como remédios, roupas e mesmo seu patrimônio biogenético.

As últimas ações do governo em Quito fizeram soar alarmes e Washington, que começou a denunciar a “chavenização” do país. Contudo, é na Bolívia (9 milhões de habitantes, dos quais 55% são índios e outros 15% são mestiços) que os movimentos sociais autônomos ganharam mais força e apresentam-se em condições reais de assumir o poder”.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

<sup>25</sup> O MST nasceu a partir das lutas de pequenos agricultores contra a ditadura militar brasileira, cujo modelo econômico privilegiou as grandes empresas do agronegócio. A expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e o Norte se fez à custa de expulsões de posseiros e povos indígenas. Com o apoio da Igreja Católica, os trabalhadores rurais conseguiram se articular nacionalmente e deram início a uma série de ocupações de terras improdutivas, reivindicando a reforma agrária. No decorrer dos anos 90, o MST também ampliou sua luta política e abordou temas como a oposição às privatizações e aos alimentos transgênicos, colocando em questão o modelo de desenvolvimento e a política econômica executada no Brasil.

Além dos movimentos indígenas, outros setores socialmente marginalizados se organizaram de forma efetiva com a redemocratização da América do Sul. Para citar dois dos mais importantes, há o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>25</sup> no Brasil e o surgimento dos piqueteros na Argentina, no rastro da grande crise que abalou aquele país no fim dos anos 90.

Os movimentos sociais adquiriram autonomia e força, tal, que no seminário de setembro, sobre os rumos da integração latino-americana, o grupo de indígenas presentes fez questão de que a declaração final do encontro incluísse os seguintes trechos: “Para os povos indígenas, as iniciativas de integração precisam reconhecer, respeitar e aplicar os conhecimentos ancestrais sobre o uso, manejo e conservação dos territórios e recursos naturais; (...) que haja consultas efetivas aos povos indígenas ameaçados pelos grandes projetos de integração da infra-estrutura; garantir, através de normas nacionais e internacionais, a intangibilidade dos territórios habitados por povos indígenas em isolamento voluntário na Bacia Amazônica para evitar que as atividades energéticas e projetos de integração de infra-estrutura afetem suas vidas. (...)”<sup>26</sup>

## **6. Disputas energéticas e modelos de desenvolvimento.**

Os recursos naturais têm papel fundamental nos processos de integração regional em curso na América do Sul. Terra, água, petróleo e gás natural estão na base do comércio da maioria dos países do continente, bem como em sua matriz energética e como diferencial para a atração de investimentos externos. O uso e abuso dos recursos naturais estão no centro da disputa em torno de um novo modelo de desenvolvimento para a América do Sul. Tais preocupações vêm do fato que o continente reúne algumas das reservas naturais mais importantes do mundo, riquíssimas em biodiversidade e água doce, como a Amazônia e o Aquífero Guarani. Ao mesmo tempo, a expansão do agronegócio, sobretudo da soja, coloca em risco a preservação do meio

---

<sup>26</sup> Representantes de organizações, redes e movimentos sociais da América Latina reuniram-se nos dias 18 e 19 de setembro de 2006, em São Paulo, Brasil, no Seminário “Internalização capitalista ou integração dos povos: Para onde vai a América do Sul? Alternativas de integração regional”. Participaram do seminário mais de 70 pessoas representando organizações e movimentos sociais de vários estados do Brasil, da Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Honduras, Haiti, Guiana Francesa, EUA e Canadá. É importante ressaltar que o evento contou com uma participação diversa, não apenas em termos de nacionalidades e de gênero, mas também, de etnias, grupos de interesse, posições políticas, áreas de trabalho. Disponível em: [http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes\\_financeiras/Declaracao\\_Seminario\\_Integracao.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/Declaracao_Seminario_Integracao.pdf).

ambiente e relança o conhecido debate sobre os custos do crescimento econômico.

Os próprios governos do continente têm adotado modelos de desenvolvimento baseado na visão neoliberal, contrária a desenvolvimentista, dando apoio às iniciativas dos grupos empresariais do agro-negócio, que em geral estão bem representados nos parlamentos nacionais e ainda oferecem a possibilidade de ganhos econômicos no curto prazo para equilibrar a balança de pagamentos, com conseqüências para o modelo de desenvolvimento adotado: Uma enorme pressão sobre os recursos naturais do solo e do subsolo do país, onde existe a possibilidade de ampliação rápida da participação do país no comércio internacional em curto prazo, com geração simultânea de expressivo resultado positivo na balança comercial.<sup>27</sup> Porém, o ritmo de evolução das economias sul-americanas é o de *stop and go*, com a incapacidade de estabelecer cursos de desenvolvimento sustentável, à exceção do Chile. Este desempenho medíocre é o que ajuda a explicar a instabilidade política e a vitória de coligações de centro-esquerda críticas ao modelo neoliberal.<sup>28</sup>

A questão, então, está focalizada em como associar políticas públicas, nessa integração em que baseia o projeto do gasoduto, com demandas de grupos ou de povos inteiros, que estão na base da sociedade e talvez nem venham a ser beneficiados com projetos tal como, esse que visa prioritariamente alimentar o modelo econômico desperdiçador de energia, que ainda é utilizado para ratificar o papel que a América Latina vem jogando ao longo da história: o de provedora de recursos naturais para as regiões enriquecidas do planeta. Outrossim, os recursos nacionais estão sendo dizimados, assim como o parque industrial latino americano está perdendo paulatinamente o seu lugar, para ser substituído por grupos monopolistas e oligopolistas, patrocinadores da riqueza concentrada e centralizada e, ainda mais da miséria socializada.

Um exemplo são os choques entre a Aracruz Celulose, uma das maiores empresas do setor, e o Movimento dos Sem Terra no Brasil, que têm ocupado terras da companhia e chamado a atenção para o problema sócio-ambiental do deserto verde. Ironicamente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o mais importante órgão de fomento do governo brasileiro, é acionista da Aracruz e também financia a expansão dos negócios da celulose no Brasil. Fatos que trazem à tona o debate sobre o modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado.<sup>29</sup>

Ao longo da década de 90, as questões relativas ao petróleo e ao gás natural tornaram-se de suma importância para a integração sul-americana,

---

<sup>27</sup> Adhemar Mineiro, “Desenvolvimento subordinado ao modelo exportador”. In: Rugidos e Sussurros – Observatório da Cidadania – Relatório 2005. IBASE, Rio de Janeiro, 2005, p.42.

<sup>28</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

<sup>29</sup> Ver Carlos Tautz, Um Mar de Eucaliptos. CD-ROM do Projeto MAPAS (IBASE, 2005).

devido à descoberta pela Petrobrás de grandes reservas de gás na Bolívia, até então desconhecidas, e ao aumento dos preços do petróleo, que proporcionaram à Venezuela a base econômica para suas políticas sociais e seus projetos de cooperação internacional. O acesso a essas riquezas também resultou em grandes projetos de infra-estrutura e em disputas políticas, que levaram inclusive a golpes de Estado e à queda de presidentes.

O governo boliviano enxergou no gás a grande possibilidade para o desenvolvimento do país, proporcionando empregos e recursos para o governo. Mas como tantas vezes na história boliviana, os recursos naturais do país foram controlados por um punhado de grandes empresas transnacionais: Petrobras, Repsol, BP e Enron. A estatal YPFB foi privatizada e suas refinarias e gasodutos passaram para o controle dos estrangeiros. De fato, verificou-se uma melhora nas receitas estatais bolivianas, pelo pagamento de impostos realizados por estas empresas extrativistas, por exemplo, só a Petrobrás é responsável por dezoito por cento de seu produto interno bruto (PIB). Contudo, estas novas aquisições tributárias não traduziram-se em melhoras nas condições de vida da sociedade civil, e ao contrário tornou-se o centro de uma série de disputas internas.

Além das disputas internas, o gás também tem sido objeto de rivalidades externas, por causa de desentendimentos anteriores, em que o ex-presidente boliviano Sanchez de Lozada, unilateralmente decidiu exportar gás para os norte-americanos através dos portos chilenos gerou uma crise diplomática entre os dois países da região. Entretanto, com a eleição de novos governos de Evo Morales e Michele Bachelet, nos respectivos países, abriu-se uma possibilidade para a realização de acordos, já que, o Chile possui uma grande demanda por este recurso natural, ou seja, mais de  $\frac{3}{4}$  do seu consumo, e levando em conta que o seu principal fornecedor, a Argentina, quando em crise, deixa de suprir as suas necessidades. O parceiro lógico para diminuir a dependência é a Bolívia, mas os problemas políticos têm impedido um entendimento entre os dois governos.<sup>30</sup>

Com a eleição de Morales, o primeiro indígena a assumir o poder no país é um líder sindical e camponês, e a suas atitudes nacionalizantes as tensões externas aumentaram ainda mais, visto que no dia 1º de maio de 2006, por meio do decreto nº. 28.701, ele declarou a nacionalização dos setores de gás e petróleo do país. Ação que incluiu ocupação militar das refinarias estrangeiras, inclusive as da Petrobrás. Este decreto deu as empresas estrangeiras um prazo de meses para negociarem novos contratos, em que cederiam uma parcela majoritária de suas operações no país ao governo ou teriam que abandonar a Bolívia. É um documento de certa forma vago, pois reúne apenas nove artigos e não esclarece o tipo de nacionalização, se com pagamento de indenizações ou não, que o governo está disposto a realizar.

---

<sup>30</sup> Cristina Alexandre, Flávio Pinheiro e Vitor Acsehrad, “As políticas do gás natural dos governos de Morales e Bachelet”. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Março de 2006.

Apesar dos detalhes específicos dos novos contratos não terem sido revelados, Morales, pretende dar a YPFB mais controle sobre a produção e a comercialização de gás e petróleo. Tendo em vista que a Petrobrás e a espanhola Repsol são as maiores investidoras na indústria e hidrocarbonetos boliviana, controlando cerca de 47,3% e 26,7%, respectivamente, das reservas conhecidas do país. Com essas medidas, o atual presidente, pretende gerar mais recursos para solucionar os problemas sociais e econômicos do país. A verdade é que os impactos de tal medida ainda não podem ser avaliados com exatidão, seja na Bolívia, ou nos outros países da América Latina, mas, de qualquer forma, ressaltam a importância de se repensar os recursos naturais estrategicamente na região e associá-los a um projeto de desenvolvimento e integração.

Por sua importância e escassez a água é um recurso natural vital e que os analistas apontam que será fonte de várias disputas político-econômicas no século XXI. A América do Sul é rica em reservas hídricas, na Bacia Amazônica e no Aquífero Guarani. Ainda assim, o acesso à água já impulsiona importantes conflitos, sobretudo no campo da privatização dos serviços de abastecimento. O caso da Bolívia é vertiginoso, pois o país por volta dos anos 80 num ajuste estrutural, de modo a conter a hiperinflação que o assolava vendeu os seus serviços públicos de abastecimento de água que foram comprados em 1999 pelo consórcio multinacional Águas de Tunari, composto por empresas da Bolívia, Itália, Espanha e EUA. Os novos donos fizeram o governo promulgar leis desumanas para regular o uso dos recursos hídricos, impondo tarifas bem mais elevadas e a proibição de que a população utilizasse águas dos rios ou da chuva, isto é, retirando da população mais miserável do continente o acesso à água.

A dívida externa tem papel central na dependência político-econômica da América do Sul. As ditaduras militares do continente recorreram pesadamente ao crédito externo para tentar manter crescimento acelerado da economia, visando à busca de apoio popular. A questão da dívida externa se transformou num instrumento importante para submeter os países da América do Sul às diretrizes políticas oriundas dos EUA, da União Européia, mercados financeiros e empresas transnacionais, ou melhor, numa verdadeira forma de chantagem. Os canais principais pelos quais se expressa essa influência são as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

Com a fragilidade econômica da redemocratização, o neoliberalismo espalhou-se pelo continente, a América do Sul adotou modelos neoliberais de reforma econômica, baseados em privatizações, abertura comercial e financeira, ênfase no investimento externo como suposto motor do crescimento, adesão a normas internacionais sobre patentes, investimentos, propriedade intelectual, etc. A ação do governo é cerceada através de determinações como controle dos gastos, por exemplo, leis de “responsabilidade fiscal”, geração de superávit primário, precarização das leis

de trabalho e proteção ambiental e benefícios concedidos às grandes empresas, como nas obras de megaprojetos de infra-estrutura, como a IIRSA. O pagamento de serviço da dívida continua a exaurir os recursos dos governos sul-americanos.

Há uma agenda norte americana intensa que envolve comércio, imigração, narcotráfico e o controle de recursos naturais (petróleo, gás, biodiversidade), além dos vários interesses que se materializam em bases militares. Segundo o levantamento da professora e economista Ana Esther Ceceña, da Universidade Autônoma do México e do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, estas bases estão localizadas em áreas de ocorrência intensa e extensa de recursos naturais estratégicos, água potável, diversidade biológica e petróleo<sup>31</sup>.

Portanto, a fim de se obter um desenvolvimento sustentável da região será necessário respeitar as comunidades, a economia energética e combater o consumo excessivo de energia. As fontes de energia devem ser renováveis, limpas e de baixo impacto, garantindo o seu acesso equitativo e democrático. Há de se transformar o modelo energético atual que implica numa alta dependência dos combustíveis fósseis e gera fortes impactos sobre as populações locais e povos originários. E também de acabar com os danos irreparáveis ao meio ambiente que as empresas multinacionais e até as próprias estatais provocam a partir deste tipo de exploração. A integração sul-americana deve ser desenvolvida a partir do fortalecimento das empresas estatais destes recursos estratégicos, revertendo à renda assim conseguida para um desenvolvimento sustentável, com políticas de redistribuição de renda, utilizando os excedentes para financiar novas matrizes de energia renovável.

## **7. Participação X Hegemonia regional.**

Os programas de desenvolvimento econômico e social da nova esquerda têm sido elaborados sob um ponto de vista nacionalista, sem levar em consideração a cooperação com os vizinhos. Os países latino - americanos enxergam-se uns aos outros como adversários, destacando-se mais suas diferenças do que os seus elementos em comum. O nacionalismo tem se tornado um fator de influência no processo de integração regional. Visto que, quanto mais nacionalista vão se tornando os governos de esquerda, mais enfraquecida é a ação coletiva de construção de acordos regionais, e por isto que alguns modelos de integração institucionais como o Mercado Comum do Sul ou a Comunidade Andina das Nações enfrentam atualmente sérios problemas para sobreviver.

Em relação ao Mercosul, uma questão de extrema relevância, a qual não sido dada à devida atenção é a da marginalização dos países-membros menores, o Paraguai e o Uruguai, ambos dependentes economicamente de seus

---

<sup>31</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

dois vizinhos maiores, Argentina e Brasil. Os uruguaios se sentem ressentidos de sua exclusão de importantes negociações dentro do Mercosul. Um exemplo foi a assinatura, em 2006, do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), no qual o Brasil fez concessões à Argentina, como adoção de cotas e salvaguardas. Os governos uruguaios e paraguaios nem mesmo foram ouvidos durante as discussões, que envolveram os dois países.<sup>32</sup>

Em meio a tantos problemas no Mercosul, o governo brasileiro lançou em 2006 iniciativas para contemplar os parceiros do bloco, concedendo vantagens comerciais ao Uruguai (possibilidade do país participar de licitações públicas para fornecer alimentos à merenda escolar brasileira) e desenvolvendo programas de cooperação social em saúde e educação com o Paraguai, velho pedido daquele país.<sup>33</sup>

Existem também rivalidades entre as maiores potências do Mercosul, a Argentina e Brasil, além das controvérsias comerciais. A política econômica conservadora adotada por Lula o colocou em choque com Kirchner, em especial durante a complexa renegociação da dívida externa argentina. Apesar de o processo ter culminado com um acordo vantajoso para o país, Kirchner se decepcionou com a falta do apoio de Lula, que preferiu o compromisso com FMI. Conflitos regionais também vieram à tona quando o Brasil decidiu investir na candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, tendo em vista que, ao longo da maior parte dos séculos XIX e XX disputaram a liderança do continente com os brasileiros.

Recentemente, a alta dos preços do petróleo deu a Venezuela maior capacidade para se tornar uma liderança regional na América do Sul, Hugo Chávez se tornou um ativo líder, em parte para evitar o isolamento internacional de seu regime. Algumas medidas do governo Chávez, particularmente em parceria com Kirchner, configuram alternativa às abordagens do Brasil. Lançaram a idéia da cooperação na área da TV, criando um canal de jornalismo dedicado à América Latina, a Telesul, Chávez comprou cerca de US\$1 bilhão em títulos da dívida externa argentina, ajudando o país num momento decisivo de pressão dos credores internacionais.

A Venezuela também se tornou um importante investidor na América do Sul, construindo refinarias e encomendando navios no Brasil e assinando acordos energéticos e de cooperação técnica com a Bolívia na área de exploração de gás e petróleo. E iniciou grandes obras de infra-estrutura, como estradas, refinarias e o gigantesco projeto do Gasoduto do Sul.

Contudo, o petróleo também deu a Chávez a possibilidade de interferir na política interna de países vizinhos, estimulando grupos opositores na Colômbia e no Peru. Denúncias de que estaria financiando os guerrilheiros colombianos das FARC e militares nacionalistas peruanos levaram a tensões

---

<sup>32</sup> Relatório sobre Integração Regional na América do Sul, Projeto Diálogo entre os povos, IBASE, Abril de 2006.

<sup>33</sup> “Brasil cede mais para tentar salvar o Mercosul”, O Globo, 16/03/2006.

com os dois governos. Também entrou em conflito com o presidente mexicano, a quem critica como submisso aos EUA.

Cuba se transformou na principal inspiração para o governo venezuelano de Chávez. Foi com o país caribenho que Chávez deu início a seqüência de oito acordos que já assinou até agora com países sul-americanos, dentro do escopo de princípios definidos com a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), em que a Venezuela troca um produto que possui em abundância, o petróleo, pelos serviços de, no caso cubano, profissionais de saúde e esporte.

Já o Brasil tenta afirmar a sua hegemonia regional de outras formas até mais interventivas, como atuando na Minustah - a guerra do Haiti - na prática, Brasil e Chile realizam o trabalho sujo que as grandes potências recusam-se a fazer. É a tentativa de um novo modelo de intervenções da ONU, no qual atuações controversas buscam se legitimar pela participação de países em desenvolvimento, enquanto as grandes potências evitam os custos do envolvimento direto. O próprio governo brasileiro defende seu papel no Haiti com o argumento de que sem a liderança do Brasil, a ação seria empreendida por EUA ou França, supostamente mais truculentos com a população local. Porém, as ações efetuadas em razão da Minustah repetem padrões bastante diferentes daqueles desejados pela sociedade civil. O real motivo que também levou o Brasil a comandar tropas militares, além dos interesses econômicos, foi sua busca por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. O que o Brasil não reparou é que com esta sua política de intervenção age de forma hipócrita e contraditória já que sempre defendeu os princípios de reconhecimento da soberania dos países e a não-intervenção, e o mais importante, que na realidade, pratica no Haiti uma política semelhante ao que faz os EUA no Iraque.

Outra atitude tida como tentativa afirmação da hegemonia brasileira foi em novembro de 2004, na III Reunião de Presidentes da América do Sul em Cuzco, no Peru e na qual foi aceita a proposta brasileira de criar a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), fórum que agrupa Mercosul, CAN, Guiana e Suriname. O projeto ainda está no início, todavia, foi recebido com algum ceticismo e desconfiança por países como Argentina, que se preocupam com a possibilidade de que a CASA seja um instrumento para a consolidação da dominação do Brasil sobre o continente. A Comunidade, uma proposta formulada pelo governo Lula, ainda não possui qualquer institucionalidade e se limita a propor a já mencionada Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da Região Sul-americana (IIRSA), um conjunto de obras de infra-estrutura de conexão física entre os 12 países da América do Sul, financiadas e coordenadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas as grandes contribuições seriam realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil.



## **8. Conclusão.**

Estamos agora no tempo das alternativas concretas, e o tema da integração regional da América Latina tem um papel fundamental em consolidar esse novo cenário. Isto ocorre em um momento em que a conjuntura mundial registra o auge do “unilateralismo” do governo norte americano e a agressividade de sua agenda militar, política e econômica. Um projeto de integração contra-hegemônica deverá responder não somente à agenda das negociações comerciais internacionais, mas também deve ser orientada por um projeto que questione essa política imperialista em outros aspectos.

Segundo, Eduardo Lander, os projetos de integração da América Latina vão depender de um processo político e de estruturas produtivas, correlacionando forças tanto globais como regionais, e principalmente dentro de cada país participante. Estas mudanças recentes nas atitudes políticas da região mostram-se simpáticas à implementação de uma democracia social ou até mesmo a uma política de cunho socialista que ainda se encontra em fase de desenvolvimento. O povo e os políticos estão cansados do consenso neoliberal de Washington que tem dirigido o desenvolvimento de seu continente durante as últimas duas décadas. Em que, mesmo os candidatos de oposição conservadores foram obrigados a adotar posições anti-neoliberais por toda região <sup>34</sup>.

Os esforços intencionais visam associar o discurso dos novos desafiadores radicais da ordem hegemônica na região à importância de propostas alternativas, similares a ALBA evidenciando que o projeto neoliberal na América Latina tem lentamente, porém, efetivamente sendo rejeitado pelos eleitores da região. Pois, como declarado recentemente, a América Latina é a região mais sócio-economicamente desigual no mundo. O capitalismo latino americano ao final de século XX é talvez uma das formas mais putrefatas desse sistema econômico que o mundo já presenciou. Visto que, a riqueza abundante derivada dos recursos naturais e da agricultura e até mesmo os esforços para uma industrialização bem sucedida encontram-se nas mãos das elites e de uma classe média débil nas grandes metrópoles, enquanto uma população pobre, essencialmente composta por nativos, luta por um mínimo de condições de sobrevivência e subsistência, como soberania alimentar, acesso à água e a não exploração.

A integração regional é um passo e uma ferramenta para alterar a inserção de nossos países no mercado capitalista internacional e na geopolítica mundial. Ela permitirá aproveitar uma diversidade de recursos (naturais,

---

<sup>34</sup> In. David Evan Harris, Diego Azzi. ALBA – Venezuela’s answer to “free trade”: the Bolivarian alternative for the Americas. Occasional Paper: 3. São Paulo, Brazil – Bangkok, Thailand. October 2006.

<sup>35</sup> Cartilha de integração regional. Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos. REBRIP, novembro de 2006.

produtivos, intelectuais, financeiros, científicos...) que existem de forma diferenciada em nossos países fortalecendo as capacidades regionais, nos daria uma maior identidade e coesão política enquanto “bloco regional” essa forma nos permitiria outras possibilidades de ação em nível internacional, como, negociações comerciais com outros países ou blocos, no sistema internacional.

Trata-se de impulsionar o Mercosul e a CAN em um rumo diferente ao que se impôs nos anos 1990: diversos movimentos levantaram propostas alternativas (sindicatos, mulheres, camponeses, etc.). Igualmente a IIRSA vem sendo discutida e questionada em seus fundamentos pelos mais diversos movimentos. A comunidade Sul-americana de Nações (CSN ou CASA) é um tema ainda recente que será utilizado por nos para lançar um debate mais geral sobre a integração. E a participação em iniciativas não institucionais como a ALBA, OCTA e TCP.

Finalmente, há outros atores que devem ser convocados para esse debate, além de governos e movimentos sociais. Os partidos políticos deveriam ter o papel chave em ajudar a formar uma vontade política integracionista e tem um espaço de convergências no Foro de São Paulo. As universidades e os centros de pesquisa deveriam entrar fortemente no debate como parte de um esforço de pensar nossa região a partir de suas raízes e suas necessidades – porque o neoliberalismo colocou na intelectualidade uma perspectiva subordinada ao ponto de vista das metrópoles.<sup>35</sup>

O diálogo entre as diversas religiões e igrejas que existem na nossa região poderia ter um papel importante no fortalecimento da pluralidade da identidade como povos.

O processo que os movimentos realizaram em dezembro para a Cúpula Social em Cochabamba, definiu, por um lado, os pontos prioritários em nossa agenda para a integração – partindo do que os próprios movimentos sociais já têm acumulado – e, por outro, o diálogo com outros atores desse processo.

A integração deve servir para apoiar e expandir a economia solidária, a economia camponesa, os pequenos e médios produtores do campo e cidade e fortalecer a capacidade de nossos Estados de “fazer políticas de desenvolvimento” definidas democraticamente por nossos povos. Há uma matriz produtiva depredadora do meio ambiente que deve ser combatida com uma perspectiva sustentável sempre que se discuta a ampliação de projetos de produção e a necessária reestruturação de setores produtivos nocivos à renovação do meio ambiente.

A agenda não deve ser (apenas, nem, sobretudo) econômica. É fundamental desenvolver políticas sociais de atendimento universal às necessidades de saúde, educação, moradia e acesso à energia elétrica e à água de nossos povos. Isso significa combater as pretensões das corporações transnacionais de transformar esses serviços em negócios privados internacionais e desenvolver políticas para a universalização do acesso a esses

---

serviços. A integração deve conter também políticas de afirmação dos direitos das populações que foram oprimidas pelo capitalismo dependente, o patriarcado, o colonialismo. O direito à igualdade para as mulheres, para as populações negras, a liberdade de opção sexual, o reconhecimento dos direitos a sua cultura, a territórios e autonomias dos povos originários são parte dessa agenda.

O ponto de partida são as conquistas na fase de resistência e a abertura de um período político, que já foi iniciado, onde as possibilidades de construir alternativas são concretas. Após vários séculos de opressão, dominação e destruição colonial e neocolonial dos nossos povos, que têm respondido com muitas lutas, mobilizações e revoluções. Enfrentamos hoje a herança colonial, mas há também uma esperança construída nas resistências. Não obstante, existam vestígios de uma passividade histórica, neste momento urge uma firme convicção de que chegou o tempo dos povos na nossa região. O tempo de mostrar “a possibilidade de outro mundo”, que “outra América Latina é possível”<sup>36</sup>.

## 9. Bibliografia:

- 1 - ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL (ASC). Site oficial disponível na internet em: [www.asc-hsa.org/](http://www.asc-hsa.org/).
- 2 - CARTILHA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos**. REBRIP, novembro de 2006.
- 3 - CUMBRE SOCIAL POR LA INTEGRACION DE LOS PUEBLOS, **Cochabamba**, 6 a 9 de dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.asc-hsa.org/rubrique.php3?id\\_rubrique=63](http://www.asc-hsa.org/rubrique.php3?id_rubrique=63).
- 4 - DAGNINO, E; OLVERA, A. J; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. **A disputa pela construção democrática na América latina**. São Paulo. Paz e Terra.
- 5 - DE CARVALHO, E. R. “Dilemas históricos da integração latino-americana”. **Revista Princípios**. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod\\_not=520](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=76&cod_not=520).
- 6 - DECLARACIÓN FINAL DE LA CUMBRE DE LOS PUEBLOS POR LA SOBERANIA Y A INTEGRACIÓN DE LOS PUEBLOS DE

---

<sup>36</sup> Termos utilizados na Carta das organizações da sociedade civil para a Comunidade Sul-americana de Nações, apresentada aos ministros e vice-ministros da CSN em Santiago do Chile, nos dias 22 e 23 de novembro de 2006.

SUDAMÉRICA. **Córdoba**, 20 de julho de 2006. Disponível em:  
[http://www.asc-hsa.org/article.php?id\\_article=368](http://www.asc-hsa.org/article.php?id_article=368).

7 - HARRIS, D. E; AZZI, D. ALBA – Venezuela’s answer to “free trade”: the Bolivarian alternative for the Americas. **Occasional Paper: 3**. São Paulo, Brazil – Bangkok, Thailand. October 2006.

8 - LANDER, E. Integración de qué ? ¿Para quién? **Proyectos neoliberales y resistencias populares**. Disponível em:  
<http://www.voltairenet.org/article125711.html>. 10 de junho de 2005.

9 - MOREIRA, C. El nuevo mapa político en América Latina ¿ Um giro a la izquierda?. **Democracia y desigualdad en América Latina ¿ La izquierda hace la diferencia?**

10 - RELATÓRIO SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL, **Projeto Diálogo entre os povos**, IBASE, Abril de 2006.

11 - SANGMEISTER, H. O futuro da integração latino-americana: lições do passado e experiências da velha Europa. Disponível em:  
<http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/ue/cedoc-ue/arquivos/o-futuro-da-integracao-latino-americana.doc>.

12 - THUSWOHL, M. As ciências Sociais e as múltiplas ameaças do neoliberalismo. **Agencia carta maior**. Disponível em:  
[http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia\\_id=12087](http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=12087). 27 de agosto de 2006.